

Cabo Cassol perde a liderança e ainda seu assessor é condenado por uso de diploma falso

■ Página 7

Tribuna Popular

Foz do Iguaçu, 10 a 16 de março de 2026 | Edição 431 | Ano XII | R\$ 3,00

EXCLUSIVO

ENCIUMADO COM TÍTULO DESTINADO A CONCORRENTE, GUTO SILVA FORÇA A BARRA PARA GARANTIR HONRARIA



■ "Até governador entrou na parada para pressionar vereadores. Fiscalizar o prefeito é difícil; homenagear pré-candidato é Vapt-vupt. Tipo assim, para fiscalizar falta tempo; para título honorário sobra

■ Páginas 4 e 5

Restaurantes Populares: Em Foz o anúncio sai quente, mas o projeto ainda está cru

■ Página 8

PRETO NO BRANCO

QUANTO PIOR,
MELHOR

Segunda-feira, 9 da manhã. Hospital Municipal de Foz do Iguaçu... sem água.

Sim, você leu certo: hospital... sem... água. Paciente, médico, enfermeiro, todo mundo olhando para a torneira como quem espera um milagre bíblico. Mas tem gente que diz que isso não é descaso. É estratégia. Nos bastidores da política local, o comentário corre solto: quanto pior o hospital ficar, mais fácil fica empurrar a tal da federalização goela abaixo. A lógica seria simples: deixa afundar, depois aparece alguém dizendo que veio salvar. O problema é que, enquanto brincam de xadrez político, quem paga a conta é o paciente... que às vezes nem água tem pra lavar as mãos.



QUEM SERIA O VORCARO DE FOZ?

O nome de Daniel Vorcara virou manchete nacional e, como toda boa história de bastidor financeiro, despertou curiosidade em muita gente. Aqui em Foz do Iguaçu, a pergunta começou a circular em rodas de café, corredores de gabinete e grupos de WhatsApp: Quem seria o Daniel Vorcara iguaçuense? Porque sejamos honestos... cidade pequena também tem seus operadores. Aqueles que sabem abrir portas, fechar negócios discretos e circular entre política, empresas e contratos com uma facilidade quase mágica. Nomes existem. Histórias também. Mas por enquanto, fica só a pergunta no ar. E em Foz, pergunta no ar costuma ter endereço... só falta alguém ter coragem de falar em voz alta.

SEMÁFORO DE OURO

O diretor do Foztrans explicou que para sincronizar os semáforos da cidade seria necessário investir R\$ 20 milhões e criar uma nova central de controle. Vinte. Milhões. Para semáforo. Se continuar nesse ritmo, daqui a pouco ligar uma lâmpada do poste vai exigir orçamento de satélite da NASA. A pergunta que fica é simples: Será que estamos falando de sincronizar semáforos... ou de montar uma central de controle da NASA versão Avenida JK? Porque o trânsito de Foz pode até ser caótico, mas vinte milhões para organizar farol... parece mais novela do que engenharia.

A SÍNDROME DA RELEVÂNCIA

Um certo site "de notícias", conhecido por sua devoção quase religiosa ao general, publicou uma matéria dizendo que o GAE-CO estaria investigando uma licitação da Câmara. O problema é que, informalmente, quem vos escreve foi informada de algo curioso: não existe denúncia, nem investigação sobre isso. Ou seja... alguém resolveu investigar primeiro na imaginação. A impressão que fica é simples: quando falta pauta, inventa-se tensão. Porque na internet existe uma doença silenciosa chamada síndrome da relevância. É quando o portal precisa desesperadamente parecer importante... mesmo que a realidade não ajude muito.

SÓ ATRAI
TRANQUEIRA

O deputado Luciano Alves já colocou sua tropa na rua mirando a eleição para deputado federal. Até aí, política normal. O curioso é observar o padrão da equipe que aparece ao redor. Porque, olhando de fora, parece que o critério de seleção foi simples: pau de galinheiro. É aquele tipo de figura que vive de pular de político em político, sempre com discurso novo e passado mal explicado. Na política, diz o ditado, cada um atrai o que merece. E às vezes o currículo da equipe diz mais sobre o candidato do que o próprio santinho eleitoral.

PEDIDO DE CASSAÇÃO
NO FORNO

Nos bastidores da política iguaçuense, uma história anda sendo assada em fogo baixo. Boatos insistentes dizem que um pedido de cassação contra o prefeito Joaquim Silva e Luna estaria sendo preparado. Quem vos escreve descobriu que três advogados, especialistas em direito público e criminal, estariam lapidando a peça jurídica.

Em outras palavras: o documento estaria no forinho. O problema é que política não se resolve só no papel.

Com a maioria da Câmara Municipal alinhada ao prefeito, a matemática é simples: pode até existir pedido... mas derrubar o Luninha já é outra conversa. Em Foz, às vezes o forno esquentava... mas o bolo nunca cresce.

Tribuna Popular

Jornalismo sem censura

É uma publicação da E Alliana - ME
CNPJ 37.189.127/0001-00
Telefone (45) 3523-7826 - Foz do Iguaçu / PR
jtribunapopular@bol.com.br

REDAÇÃO

Diretor: Enrique Alliana
Jornalista Responsável:
Enrique Alliana - MTB: 0010793/PR

COMERCIAL

Claudete Desbezel

Impressão: Grafnorte Gráfica

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião do jornal

Foz do Iguaçu amarga "notas vermelhas" em Administração Financeira no painel do TCE-PR

Com pontuação de apenas 4,79, município apresenta falhas graves na transparência de pagamentos e na organização da despesa pública; setor de execução orçamentária é o ponto mais crítico

Enrique Alliana - Jornalista
Fotos: Enrique Alliana

Quando o Tribunal de Contas do Estado do Paraná divulga um painel técnico, cheio de números, gráficos e critérios, não está fazendo poesia. Está fazendo conta. E conta, como todo mundo aprendeu na escola, ou fecha... ou não fecha.

"Gestão nota 10... em tom de vermelho"

Em 2025, para a Prefeitura de Foz do Iguaçu sob o comando do Prefeito General Joaquim Silva e Luna, a conta simplesmente não fechou. Nota 4,79 em Administração Financeira. A famosa "nota vermelha". Aquela que ninguém gosta de mostrar para os pais, ou para o contribuinte.

Pode parecer só um número. Mas não é. Esse 4,79 significa que a forma como o dinheiro público é empenhado, liquidado e pago está longe do ideal. E quando o assunto é dinheiro do cidadão, "longe do ideal" é uma expressão bem elegante para evitar a palavra problema.

O ponto mais crítico foi a tal da "Execução da Despesa Orçamentária". Nota 2,43. Traduzindo para o português claro: planejar até que vai, executar é que complica. É como montar uma lista de metas de ano novo impecável e, em fevereiro, já ter desistido de todas.

"Transparência invisível: A arte de tirar 1,01 em pagamentos"

Mas nada supera o desempenho no Processo de Paga-



mento: 1,01. Sim, 1,01. Não é pegadinha, não é erro de digitação. É praticamente zero com esforço. Isso significa que há falhas graves justamente na etapa em que o dinheiro sai do caixa público e vai para alguém.

O relatório aponta problemas básicos. Não existem critérios claros para definir quem recebe primeiro quando os recursos são escassos. Ou seja, se o dinheiro está curto, não há regra transparente dizendo qual credor tem prioridade. Fica a dúvida: vale a ordem de chegada? Vale o tamanho da pressão? Vale o volume do telefonema?

"Foz descobre novo método de pagamento: Improviso orçamentário"

Também há falhas na divulgação da ordem cronológica de pagamentos. A lista de credores e eventuais mudanças nessa fila não são publicadas da forma como deveriam. E transparência que não é publicada

deixa de ser transparência, vira confidência administrativa.

E tem mais: ainda existem processos manuais onde já deveria haver sistemas eletrônicos seguros. Em plena era da digitalização, quando bancos fazem transferências em segundos e aplicativos controlam até gasto de cafezinho, a administração pública ainda flerta com papelada e procedimentos frágeis. Risco de erro? Maior. Risco de problema? Também.

Antes do pagamento, a situação não melhora muito. As fases de empenho (quando o gasto é reservado) e liquidação (quando se confirma que o serviço foi prestado ou o produto entregue) receberam notas 2,22 e 2,00. Faltam registros eletrônicos oficiais que garantam rastreabilidade total. Faltam fluxos formais bem definidos. Faltam prazos claros para conferência de notas fiscais. Em resumo: falta organização sólida.

"Planeja como Suíça, exe-

cuta como rifa de festa junina"

O mais curioso é o contraste. No planejamento, as notas são mais aceitáveis. O Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias ficaram acima da média crítica. Ou seja, no papel, a estrutura existe. A teoria está escrita. O problema começa quando sai do PDF e entra na prática.

É como se a prefeitura soubesse exatamente o que deveria fazer, mas na hora H preferisse improvisar. Planejamento digno de seminário técnico; execução digna de "vamos ver no que dá".

"Nota vermelha, mas com planejamento azul no discurso"

Para o cidadão comum, isso tem um significado simples: dificuldade de acompanhar quem está sendo pago, quando está sendo pago e se todas as etapas legais foram cumpridas. E quando o controle enfraquece, a confiança vai junto.

Especialistas costumam dizer que notas baixas em Administração Financeira são o primeiro sinal de alerta para problemas maiores no futuro. Rejeição de contas, aumento de passivos, desgaste político. O painel do TCE-PR não é enfeite digital. Ele existe justamente para indicar onde estão as falhas e exigir correção de rota.

"Quando o caixa aperta, a transparência some"

Mas, por enquanto, a realidade é esta: uma cidade internacional, referência turística, vitrine para o mundo, convivendo com práticas financeiras que não acompanham o mesmo padrão de excelência que se divulga nos cartões-postais.

O contribuinte paga imposto em dia. O comerciante cumpre obrigação acessória. O trabalhador tem desconto automático no salário. Já a administração pública, ao que parece, ainda está tentando decidir qual é a ordem da fila.

"Turismo internacional, finanças artesanais"

No fim das contas, a nota 4,79 não é apenas um número constrangedor em um painel técnico. É um recado. Um aviso de que não basta ter leis orçamentárias bonitas e discursos sobre responsabilidade fiscal. É preciso garantir controle, rastreabilidade e transparência real.

Porque, em gestão pública, improviso pode até render discurso criativo. Mas nunca fecha a conta.

Enciumado com título destinado a concorrente, Guto Silva força a barra para garantir honraria

Até governador entrou na parada para pressionar vereadores. Fiscalizar o prefeito é difícil; homenagear pré-candidato é Vapt-vupt. Tipo assim, para fiscalizar falta tempo; para título honorário sobra

Enrique Alliana - Jornalista

Foto: Reprodução

Em Foz do Iguaçu, a política municipal parece ter descoberto um novo esporte olímpico: a corrida dos títulos honorários. Não é maratona, nem prova de resistência.

"Recorde olímpico de homenagens"

É modalidade de velocidade pura, 100 metros rasos no estilo "Vapt-vupt". Tudo rápido, tudo urgente, tudo aprovado antes mesmo que o cidadão comum consiga entender exatamente o que está acontecendo.

A lógica parece simples: fiscalizar o prefeito é complicado, exige trabalho, análise de documentos, questionamentos e, pior ainda, coragem política.

Já homenagear alguém... ah, isso é muito mais fácil. Basta um projeto, alguns elogios ensaiados, meia dúzia de discursos emocionados e pron-

to. Mais um cidadão honorário nasce na cidade.

O presidente da Assembleia Legislativa do Paraná, Alexandre Curi, recebeu o título de Cidadão Honorário de Foz do Iguaçu no dia 27 de fevereiro de 2026. A homenagem foi proposta pela vereadora Anice Gazzoui ainda no ano de 2025, sem pressa, conforme o rito, como sempre aconteceu justificando a honraria e destacando a atuação do deputado em defesa dos municípios paranaenses e sua interlocução com lideranças locais.

Até aí, tudo dentro do roteiro tradicional da política brasileira: discursos elogiosos, aplausos protocolares e fotografias oficiais que depois vão parar nas redes sociais. Nada de anormal. A máquina da política funcionando como sempre funcionou.

"Se candidate, ganhe um título"

Mas bastou o título ser en-



tregue para que surgisse um fenômeno político conhecido popularmente como "inveja parlamentar aguda". Em linguagem popular, alguns chamam de "fura-olho", outros preferem "zoio de banha". No fundo, é o velho sentimento humano que também frequenta gabinetes: a inveja.

Segundo fontes, Guto Silva por sua vez reclamou para o governador Ratinho Junior "se ele pode porque eu não posso". E foi nesse momento que

entrou em cena o governador do Paraná, Ratinho Junior. Segundo os bastidores políticos, o governador teria questionado por que Alexandre Curi recebeu a honraria e seu aliado político, Guto Silva, não.

Pronto. Bastou essa pergunta para que o sistema político local ativasse o chamado, modo Vapt-Vupt.

"Diploma político instantâneo"

Coube ao vereador Evan-

dro Ferreira assumir o papel de executor da ideia. Em uma demonstração impressionante de eficiência administrativa. Eficiência essa raramente vista quando o assunto é fiscalização do Executivo. O vereador rapidamente protocolou o Projeto de Decreto Legislativo nº 02/2026, concedendo o título de Cidadão Honorário a Guto Silva, que por coincidência também é pré-candidato ao governo do Paraná.

Coincidência, claro. Política nunca tem coincidência estratégica. É sempre pura admiração institucional.

Mas todo roteiro político precisa de um pequeno obstáculo para dar emoção à história. E o obstáculo apareceu na forma da Comissão de Legislação, Justiça e Redação da Câmara.

Ali poderia haver análise, debate, reflexão... ou pelo menos alguns dias de espera.

"Honraria de temporada eleitoral"

Quando o modo Vapt-Vupt está ativado. Não há o que segure.

Segundo relatos de bastidores, o vereador Evandro Ferreira teria recorrido à ferramenta mais moderna da política contemporânea: o telefone direto com o gover-

nador. Do outro lado da linha, Ratinho Junior teria deixado claro que a homenagem deveria avançar rapidamente.

Do outro lado da mesa estava o presidente da comissão, o vereador Beni Rodrigues. E, diante da pressão

política, o parecer favorável surgiu quase instantaneamente, mesmo sem a presença da vereadora Yasmin Hachem, que se encontrava em viagem. Afinal quando um vereador se vende para o prefeito, porque não se vender para o governador?

Resultado do processo legislativo?

Dia 2 de março: projeto apresentado.

Dia 5 de março: projeto lido, pautado e aprovado.

Tudo em ritmo Vapt-Vupt.

Mais rápido que fila de banco em feriado.

O que realmente Guto Silva fez por Foz do Iguaçu?

Homenagens em tempo recorde, problemas em tempo indefinido; Em Foz do Iguaçu, cidadão honorário nasce mais rápido que projeto social

Enrique Alliana - Jornalista
Foto: Reprodução

A pergunta inevitável é simples: o que exatamente Guto Silva fez por Foz do Iguaçu que justificasse tamanha pressa para receber a honraria?

Será que ele saberia dizer, de cabeça, a data de aniversário da cidade? Ou quantos anos o município tem? Porque, sejamos sinceros, ocupar cargo de secretário de Estado e liberar investimentos para municípios não é favor pessoal. É parte do trabalho pelo qual um agente público recebe salário.

Se esse virou o novo critério para título honorário, talvez seja melhor começar a preparar uma grande cerimô-

nia coletiva para metade da máquina pública estadual. Afinal, se a ordem vier de cima, o título sai.

E rápido.
Muito rápido.

"Para fiscalizar o Executivo falta tempo; para título honorário sobra"

O mais curioso é que essa agilidade impressionante desaparece completamente quando o assunto é fiscalização do Executivo municipal. Aí o modo Vapt-Vupt entra em pane.

Pedidos de informação demoram meses.

Requerimentos desaparecem nas gavetas.

Discussões são adiadas.

Comissões "analisam" in-



definidamente.

Mas aprovar homenagem política? Ah, isso funciona como relógio suíço.

"Fiscalizar depois, homenagear primeiro"

Imagine se a mesma eficiência fosse aplicada a problemas reais da cidade. Um vereador visita uma unidade de saúde, encontra problemas, protocola um pedido de providências e no dia seguinte o assunto é debatido e resolvido.

Seria quase uma revolução administrativa.

Mas curiosamente esse

tipo de velocidade parece tecnicamente impossível.

Enquanto isso, outra pergunta paira sobre os bastidores políticos da cidade. Onde estava o vereador Evandro Ferreira quando surgiram denúncias envolvendo o prefeito Joaquim Silva e Luna e a suposta agressão contra uma servidora municipal?

Naquele momento, não houve projeto Vapt-Vupt.

Não houve pressa.

Não houve discurso inflamado.

Houve silêncio.

Um silêncio curioso para alguém eleito com forte apoio

de servidores públicos. Um silêncio que levanta perguntas incômodas sobre representação política e independência parlamentar.

"Pressa para homenagear, calma eterna para fiscalizar"

No fim das contas, resta uma dúvida que ecoa entre eleitores e observadores da política local:

O mandato parlamentar serve para fiscalizar o poder ou apenas para organizar cerimônias de homenagem estrategicamente posicionadas em ano eleitoral?



Câmara Municipal de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 2/2026

Concede o Título de Cidadão Honorário de Foz do Iguaçu ao Senhor LUIZ AUGUSTO SILVA.

Autoria: Vereador Evandro Ferreira

A Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, aprova:

Art. 1º Fica concedido ao Senhor LUIZ AUGUSTO SILVA o Título de Cidadão Honorário de Foz do Iguaçu, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao Município.

Art. 2º A Câmara Municipal determinará a data para entrega solene do Título ora concedido, nos termos da Lei nº 3.111, de 10 de outubro de 2005.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 2 de março de 2026.

Evandro Ferreira

Vereador

"A república dos títulos honorários"

Porque, se continuar nesse ritmo, Foz do Iguaçu corre o risco de entrar para o Guinness Book como a cidade com mais cidadãos honorários por metro qua-

drado.

E tudo, claro, aprovado em tempo recorde.

Vapt-Vupt.

Uma coisa é certa: na Câmara Municipal, títulos

honorários parecem viajar em pista expressa, enquanto os problemas da população continuam presos no congestionamento da burocracia política.

Prefeito indica Ranieri Marchioro como líder do Prefeito na Câmara de Vereadores

Afinal, quando os fatos começam a se encaixar com uma precisão quase cirúrgica, a única reação possível é aquela clássica expressão: "agora sim, tudo explicado"

Enrique Alliana - Jornalista

Foto: Reprodução

Na política de Foz do Iguaçu, algumas coincidências são tão perfeitas que fariam qualquer roteirista de novela pedir demissão por falta de criatividade. Afinal, quando os fatos começam a se encaixar com uma precisão quase cirúrgica, a única reação possível é aquela clássica expressão: "agora sim, tudo explicado".

Primeiro ato da peça: A chefe de gabinete do vereador Ranieri Marchioro aparece nomeada como diretora na Prefeitura. Um detalhe administrativo, dirão os mais otimistas. Um simples reconhecimento de competência, dirão os mais românticos. Um daqueles milagres burocráticos que acontecem exatamente quando ninguém está olhando.

Segundo ato: No dia seguinte, porque na política eficiência existe quando convém. Chega à Câmara Municipal um ofício do prefeito Joaquim Silva e Luna indicando justamente Ranieri Marchioro como líder do governo municipal na Casa.

Pronto. O quebra-cabeça começa a montar sua própria moldura.

Porque, em tese, vereador é eleito para fiscalizar o prefeito. Essa é a teoria ensinada nas aulas de educação cívica, aquela que ainda sobrevive nos livros escolares e nos discursos de campanha. Na prática, porém, existe uma função curiosa chamada "líder do prefeito", que transforma o fiscal em uma espécie de representante oficial do próprio fiscalizado.

É quase uma promoção de carreira. Só muda o lado da



mesa.

E, claro, não é a primeira vez que a política local apresenta esse tipo de sincronia administrativa. Quem tem boa memória talvez recorde quando a filha do assessor do vereador Cabo Cassol foi nomeada diretora na prefeitura. Coincidentemente. Veja só como a vida é cheia de surpresas, pouco tempo depois o vereador também se tornou líder do prefeito na Câmara.

Mas calma. Certamente tudo não passou de coincidência. Afinal, nem relógio suíço trabalha de graça, mas na política municipal as engrenagens se movem apenas pelo mais puro espírito republicano.

Até porque ser vereador já garante um salário respeitável, próximo de quase R\$ 17 mil. Agora imagine a ten-

tação de acrescentar ao currículo o título de "líder do governo". Não é apenas um cargo: é um upgrade político, um brilho extra na vitrine parlamentar. E ainda com cargos?

De repente, a fiscalização ganha um novo tom. Menos confronto, mais compreensão. Menos cobrança, mais "diálogo institucional". É quase um curso intensivo de diplomacia política.

Mas como em toda boa história, sempre existe um detalhe fora do roteiro.

O Ofício nº 1906/26, enviado pelo gabinete do prefeito em 26 de fevereiro de 2026, indicava Ranieri Marchioro como líder do governo e o vereador Balbinot como vice-líder. Tudo parecia resolvido, organizado e alinhado.

Até que surgiu um peque-

no problema chamado realidade.

Ao tomar conhecimento das circunstâncias que cercavam a indicação, e das conversas de bastidores que já circulavam pela cidade, o vereador Balbinot simplesmente recusou a vice-liderança.

Resultado: o que parecia um movimento político calculado acabou batendo na trave.

Ou, para usar uma metáfora mais adequada, a bala saiu pela culatra.

E quando isso acontece, algo curioso ocorre: aquilo que era apenas comentário de corredor vira assunto público. Aquilo que era apenas suspeita vira quase uma evidência política.

Porque o cidadão comum pode até não entender todos os detalhes do regimento in-



PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU

Estado do Paraná
www.pmf.pr.gov.br

Foz do Iguaçu, 26 de fevereiro de 2026.

Ofício nº 1906/26 – GAB – GABINETE DO PREFEITO

Assunto: **INDICAÇÃO DE LIDERANÇA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**

Senhor Presidente,

Cumprimentando Vossa Excelência, em atendimento ao § 1º, do art. 95, do Regimento Interno dessa Casa de Leis, indicamos o Vereador Dr. Ranieri Marchioro para exercer a liderança do Governo Municipal junto a essa Câmara Municipal, e o Vereador Balbinot a vice-liderança, em substituição aos indicados por meio do Ofício nº 900, de 3 fevereiro de 2025.

Por fim, reiteramos nossos votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Ao Senhor
PAULO APARECIDO DE SOUZA
Presidente da Câmara Municipal
FOZ DO IGUAÇU – PR

terno da Câmara, mas ele entende muito bem quando percebe um padrão se repetindo. Nomeações aqui, cargos ali, lideranças acolá e de repente, a fiscalização fica mais silenciosa.

No final das contas, quem fica assistindo a esse espetáculo é o eleitor. Aquele mesmo que ouviu discursos inflamados na campanha, promessas de independência, coragem e fiscalização implacável.

Mas na política municipal, como parece ficar cada vez mais claro, existe um remédio extremamente eficiente para curar o excesso de independência parlamentar.

Ele se chama "cargo na prefeitura".

E, curiosamente, costuma funcionar com uma rapidez impressionante. Quase... vapt-vupt.

Cabo Cassol perde a liderança e ainda seu assessor é condenado por uso de diploma falso

"Diploma fantasma e liderança perdida. Ou melhor do Gabinete ao banco dos réus"

Enrique Alliana - Jornalista

Foto: Reprodução

Na política de Foz do Iguaçu, alguns chamam de "fase ruim". Outros preferem usar palavras mais diretas como desgaste, decadência ou simplesmente consequência. Mas existe um velho ditado popular que parece ter sido redescoberto recentemente no ambiente da Câmara Municipal: Quem vive fazendo coisa errada uma hora recebe a visita da conta e ela costuma chegar com juros.

"Quando o diploma some, a liderança também"

O protagonista da vez é o vereador Cabo Cassol. Até poucos dias atrás, ele ostentava o título de líder do prefeito na Câmara, uma posição política respeitável, estratégica e bastante útil para quem gosta de circular entre o poder executivo e o legislativo com desenvoltura.

Mas na política municipal, cargos parecem ter prazo de validade menor que iogurte fora da geladeira. De repente, o vereador Cabo Cassol perdeu a liderança do governo, substituído pelo vereador Ranieri Marchioro. Um movimento aparentemente administrativo, daqueles que se resolvem com um ofício e algumas palavras formais sobre "estima e consideração".

"Diploma falso derruba bastidores da política"

O problema é que, quando a maré vira, ela costuma trazer junto tudo aquilo que estava escondido debaixo do tapete.

E foi exatamente nesse momento que surgiu um personagem bastante conhecido



nos bastidores políticos: Adilson Ramão, apelidado de "Tusi", assessor parlamentar ligado ao vereador. Ou melhor, ex-assessor, pelo menos oficialmente.

A história ganhou contornos jurídicos quando a 2ª Vara Criminal de Foz do Iguaçu, sob decisão do juiz Gláucio Marcos Simões, condenou Adilson Ramão pelo crime de uso de documento falso. Segundo o processo, ele apresentou certificados irregulares de conclusão do ensino médio para ocupar cargo público na Câmara.

E não foi apenas um documento suspeito. Foram dois.

"O ensino médio que apareceu duas vezes"

O primeiro apareceu em junho de 2021, garantindo que o ensino médio havia sido concluído em dezembro de 2020. O segundo surgiu em outubro de 2024, com outra data de conclusão: dezembro de 2021. Ou seja, aparentemente o ensino médio de Adilson Ramão conseguiu a façanha de ser concluído duas vezes.

Um verdadeiro milagre educacional.

As inconsistências foram descobertas após denúncia interna e análise do controle in-

terno da Câmara. A investigação foi parar na Secretaria de Educação do Rio de Janeiro, onde supostamente o certificado teria sido emitido. O resultado da checagem foi digno de roteiro policial: carimbos inexistentes, assinatura de inspetor que não trabalha no órgão, ausência de registro escolar e um colégio que sequer tinha autorização para oferecer ensino médio na modalidade citada.

"Quando o currículo não passa na prova"

Em resumo, o diploma parecia ter saído mais de uma impressora doméstica do que de uma escola.

Durante o processo, Adilson Ramão alegou que acreditava ter concluído o ensino médio por meio de um curso online comprado na internet durante a pandemia, pelo qual teria pago cerca de R\$ 1.250. Uma espécie de ensino médio "delivery", rápido, prático e aparentemente sem burocracia.

O juiz, porém, não comprou a explicação.

"Assessoria criativa, Justiça implacável"

Na sentença, ficou entendido que havia plena consci-

ência da irregularidade, especialmente diante das datas contraditórias e da inexistência de registros escolares. Resultado: condenação de três anos de pena, sendo dois anos e seis meses de reclusão e seis meses de detenção, além de multa. Como o réu é primário, a pena foi convertida em prestação de serviços à comunidade e pagamento de quatro salários mínimos a uma entidade social.

Mas a história não termina aí.

Além da condenação criminal, ainda corre outro processo na área de improbidade administrativa. O Ministério Público pede que Ramão devolva tudo o que recebeu enquanto ocupava o cargo para o qual não possuía a escolaridade exigida: R\$ 521.965,87.

Mais de meio milhão de reais.

Um valor que, se confirmado judicialmente, terá correção e juros. Porque até a Justiça sabe que inflação também existe.

E enquanto toda essa novela jurídica se desenrola, surge um detalhe curioso. Mesmo sem salário da Câmara, Adilson Ramão continuaria orbitando o gabinete político de sempre. Como? Simples:

sua filha foi nomeada para um cargo de diretoria na prefeitura.

Uma coincidência administrativa, certamente.

No final das contas, o episódio mostra que, na política, algumas estratégias parecem funcionar por um tempo. Nomeações, cargos, assessores de confiança e outras engenharias administrativas podem até garantir conforto momentâneo.

Mas existe um pequeno detalhe que muitos insistem em ignorar: a realidade tem uma estranha mania de aparecer.

E quando aparece, geralmente traz junto processos, sentenças e manchetes.

No caso do vereador Cabo Cassol, a tal "fase ruim" parece estar se transformando em algo mais didático: uma aula pública sobre como decisões políticas e escolhas pessoais podem se misturar de forma explosiva.

"Fase Ruim: Quando a conta chega"

Porque no fim das contas, aquele velho conselho da sabedoria popular continua atual.

Se não for possível fazer o bem, pelo menos evite fazer o ruim. Especialmente quando existem documentos envolvidos. E carimbos também.

MERENDA SEM RELATÓRIO

Quando a transparência da Prefeitura também sai do cardápio

"Na merenda de Foz, o que falta não é comida: é transparência"

Enrique Alliana - Jornalista
com info do Plural / Bruno Soares
Foto: Reprodução

Em Foz do Iguaçu, quando o assunto é transparência, parece que alguns documentos resolveram fazer dieta: simplesmente desapareceram do cardápio administrativo. Pelo menos é o que sugere a resposta da Prefeitura ao Requerimento nº 787/2025 da Câmara Municipal, que pediu algo aparentemente simples. Os relatórios de inspeção sanitária e controle do transporte da merenda escolar. Mas o que veio de volta foi quase um prato vazio.

"Merenda escolar vira prato cheio de perguntas e silêncio oficial"

Sob a gestão do prefeito General Joaquim Silva e Luna (PL), a Prefeitura informou basicamente que existe um pregão eletrônico para compra de alimentos. E só. É como perguntar se a comida está boa e receber como resposta apenas o valor da conta do supermercado. O Pregão Eletrônico nº 036/2025 aparece como a grande estrela do documento, com valor global de R\$ 10,3 milhões e vigência de 12 meses. Um número respeitável, diga-se. Já os relatórios de inspeção, os registros de irregularidades, o controle do transporte e a famosa cadeia fria... bem, esses ficaram no congelador da burocracia. E aparentemente sem previsão de descongelamento.

A ausência de documentos é curiosa. Afinal, quando se trata da alimentação de milhares de alunos da rede municipal, o mínimo que se espera é que existam registros claros de



fiscalização e controle. Não estamos falando de escolher tempero de churrasco de fim de semana, mas da merenda servida diariamente em escolas e CMEIs. Ainda assim, a resposta oficial não trouxe lista completa de fornecedores ativos, nem registros de não conformidades, tampouco ações corretivas. Em resumo: muito silêncio e pouca informação.

"Quando a fiscalização da merenda desaparece da cozinha pública"

Para completar o menu da semana, uma vereadora divulgou fotografias mostrando gordura separada da carne moída durante o preparo da merenda em algumas unidades escolares. Uma cena que, digamos, não costuma aparecer em livros de culinária escolar. Procurada, a Prefeitura confirmou que houve problemas no fornecimento em 2025, mas garantiu que tudo foi corrigido

em 2026. Corrigido como? Com base em quais relatórios? Bem... aí voltamos ao problema inicial: os relatórios simplesmente não apareceram.

É como aquela famosa receita secreta de família: todo mundo garante que existe, mas ninguém nunca viu escrita em lugar algum.

Enquanto isso, o Sindicato dos Professores e Profissionais da Educação da Rede Pública Municipal (Sinprefi) resolveu levar o assunto ao Ministério Público do Paraná. A entidade apresentou uma Notícia de Fato relatando que memorandos enviados por escolas à Secretaria Municipal de Educação permanecem sem resposta. Em alguns casos desde maio de 2025. Ou seja, há documentos que somem e outros que ficam esperando resposta por meses, talvez anos. A burocracia local parece funcionar em um fuso horário próprio.

A presidente do sindicato,

Viviane Dotto, resumiu a situação com a elegância de quem ainda acredita que a administração pública deve responder aos cidadãos. Segundo ela, é dever do poder público fornecer informações quando solicitado, até porque acompanhar e fiscalizar a educação não é apenas um direito institucional, mas também um dever da sociedade.

De fato, parece uma ideia razoável. Afinal, se a Prefeitura compra alimentos com dinheiro público, distribui nas escolas públicas e serve a estudantes da rede pública, talvez, apenas talvez, seja interessante mostrar como esse processo funciona.

Mas em Foz do Iguaçu, pelo visto, a transparência ainda não entrou no cardápio da gestão. O sindicato pediu ao Ministério Público documentos básicos: notas de empenho, comprovantes de pagamento e registros administrativos da gestão da merenda. Também

solicitou inspeções nas unidades escolares para verificar as condições de fornecimento e preparo da alimentação.

"Na merenda de Foz, o que falta não é comida: é transparência"

Até o momento da publicação da reportagem, a Prefeitura não respondeu aos questionamentos. O silêncio institucional continua firme, talvez seguindo aquela velha máxima burocrática: se ninguém explicar nada, ninguém poderá dizer que a explicação estava errada.

Enquanto isso, pais, professores e alunos seguem com uma dúvida bastante simples, mas aparentemente difícil de responder: quem fiscaliza, afinal, a merenda escolar?

Porque, quando até os relatórios desaparecem da cozinha administrativa, fica difícil saber se o problema está apenas na panela... ou na receita inteira da gestão pública.

4 RESTAURANTES POPULARES

Em Foz do Iguaçu o anúncio sai quente, mas o projeto ainda está cru

"Prefeitura anuncia quatro restaurantes populares, mas o projeto ainda está em dieta de papel"

Enrique Alliana - Jornalista
com informações da Radio Cultura
Foto: Divulgação

Em Foz do Iguaçu, a política municipal tem um talento especial: anunciar obras que ainda vivem apenas no confortável mundo das ideias. A mais nova iguaria servida no cardápio oficial da prefeitura são quatro restaurantes populares. Pelo menos foi isso que o prefeito Joaquim Silva e Luna anunciou na última sexta-feira, 6 de março de 2026.

Promessa Gourmet

A proposta é bonita: refeições baratas para a população, uma cozinha central abastecendo outras unidades e um projeto social que, no papel, parece digno de aplausos. O problema é que, quando se levanta a tampa da panela administrativa, o cheiro que sai não é exatamente de feijão fresco, é mais de desencanto mesmo.

A Rádio Cultura resolveu fazer aquilo que deveria ser rotina em qualquer democracia: perguntar como exatamente funcionaria a promessa. E foi aí que começou o espetáculo. Porque, dentro da própria prefeitura, as versões parecem ter sido preparadas por cozinheiros diferentes.

Enquanto o prefeito fala com entusiasmo em "quatro restaurantes populares", parte da equipe técnica menciona apenas "dois projetos estruturados". Um deles seria na Rua Quintino Bocaiuva, em um terreno pertencente ao Exército. Cujas cessão, detalhe importante, ainda está em processo de viabilização. Ou seja: primeiro anunciam, depois veem se o terreno existe de fato no



mundo burocrático.

O outro projeto seria uma cozinha central na região Norte da cidade, nas proximidades do CER IV. Segundo o ex-secretário de Planejamento José Teodoro, esses dois projetos estavam prontos, aguardando apenas recursos. Mas ele mesmo acrescentou uma frase clássica da administração pública brasileira: "depois da minha saída, tudo pode ter mudado". Tradução livre: ninguém sabe muito bem em que pé está.

Prefeito fala em quatro restaurantes, mas na verdade a prefeitura ainda procura o primeiro

Já o atual secretário de Planejamento, Edinardo Aguiar, confirma que os projetos seguem "em andamento". Só que existe um pequeno detalhe chamado "Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV)", uma exigência obrigatória que ainda

nem começou.

Em outras palavras, antes de servir a primeira marmita popular, ainda será preciso estudar se o restaurante pode existir. Um pequeno detalhe técnico que normalmente vem antes do anúncio, mas que em Foz do Iguaçu parece ser tratado como tempero opcional.

No meio desse enredo aparece também o deputado Fernando Giacobbo, que teria prometido cerca de R\$ 2 milhões em emenda parlamentar para uma das unidades. A verba, segundo a assessoria, está garantida desde o ano passado e só aguarda a apresentação do projeto.

O detalhe curioso é justamente esse: o dinheiro estaria esperando o projeto... enquanto o anúncio já foi servido ao público.

O orçamento total estimado para a iniciativa seria de R\$ 4,97 milhões, dividido entre duas secretarias estaduais diferentes. Agora o município

tenta juntar esses recursos para destiná-los ao mesmo objetivo. Ou seja, além de faltar estudo e definição clara de projetos, o dinheiro também está espalhado em diferentes gavetas administrativas.

E assim segue o roteiro.

O prefeito fala em quatro restaurantes.

A equipe técnica menciona dois.

O estudo obrigatório ainda vai começar.

O terreno ainda precisa ser oficialmente cedido.

E o dinheiro continua aguardando projetos que aparentemente ainda estão sendo cozinhados.

Enquanto isso, cidades como Cascavel já mantêm três restaurantes populares, na cidade de Toledo serve refeições de baixo custo em nada menos que oito unidades.

"Banquete de papel"

Já em Foz do Iguaçu, por enquanto, o único prato real-

mente pronto continua sendo o anúncio.

E não é exatamente a primeira vez que isso acontece. A cidade ainda convive com promessas que já viraram quase folclore administrativo: a trincheira do CTG Charrua, a trincheira do Jardim Jupira, o prédio monumental da nova prefeitura com quase 20 andares, a Av. Itaboraí e até o eterno drama dos buracos, um tema curioso para um prefeito que costuma se apresentar como "especialista em asfalto".

Diante desse histórico, talvez a população tenha aprendido a esperar uma coisa antes de acreditar em qualquer novo anúncio: a obra sair do PowerPoint e chegar ao chão.

Porque em Foz, aparentemente, promessa política continua sendo o único prato servido em grande escala. E esse, infelizmente, já está no cardápio há muito tempo.



BEM-VINDO AO MÊS DE MARÇO

AQUI NA NTEC, O MÊS
JÁ COMEÇOU COM
**MUITO CONTEÚDO E
INFORMAÇÃO ÚTIL**
PARA VOCÊ E O SEU
NEGÓCIO!

SIGA-NOS NO INSTAGRAM
@NTECCONTABILIDADE



CRC PR - 00665/0-6



FIQUE POR DENTRO DOS
**PRINCIPAIS ASSUNTOS
CONTÁBEIS DO MÊS!**

Sem precisar interromper mandato, vereadores de Foz vão tentar "subir" na carreira política em 2026

Ao menos 5 parlamentares já reafirmaram possível pré-candidatura mirando ALEP e Câmara dos Deputados



Enrique Alliana - Jornalista

Foto: Divulgação

Na política, dizem que a esperança é a última que morre. Em alguns casos, porém, ela nem precisa morrer, basta disputar outra eleição. Em Foz do Iguaçu, 2026 promete ser o ano em que alguns vereadores tentarão dar aquele tradicional "upgrade" na carreira política sem precisar abrir mão do conforto do cargo atual. Afinal, se existe algo melhor do que arriscar, é arriscar... sem risco nenhum.

Pelo menos cinco parlamentares já anunciaram que pretendem disputar vagas mais altas na hierarquia política: Anice Gazzaoui (PP), Cabo Cassol (PL), Sidnei Prestes (Mobiliza), Valentina Rocha (PT) e Bosco Foz (PL).

A meta é clara: alguns que-

rem chegar à Assembleia Legislativa do Paraná e outro sonha com a Câmara dos Deputados, em Brasília. Em outras palavras, a Câmara Municipal virou uma espécie de trampolim institucional. Daqueles em que o atleta salta, mas, se errar a manobra, cai de volta exatamente no mesmo lugar.

E o melhor de tudo: a legislação eleitoral permite essa ginástica política sem que o vereador precise interromper o mandato. Ou seja, dá para fazer campanha, pedir votos, prometer mundos e fundos e, se o eleitor não embarcar na aventura, basta voltar tranquilamente à cadeira da Câmara Municipal como se nada tivesse acontecido. É quase um estágio probatório da ambição política.

A lógica é simples: tentar

subir nunca foi tão seguro. Se der certo, o político vira deputado. Se der errado, continua vereador, com salário, gabinete e mandato garantidos. Um verdadeiro plano de carreira público, com estabilidade emocional e eleitoral.

Enquanto isso, o eleitor acompanha esse desfile de pré-candidaturas como quem assiste a uma corrida onde todos já têm um lugar reservado no pódio. Nem que seja o mesmo de antes. A diferença é que agora os discursos ganham novo tempero: promessas mais amplas, discursos mais épicos e, claro, aquela súbita preocupação com problemas estaduais ou nacionais que, curiosamente, não eram tão urgentes quando o debate estava restrito à cidade.

Também chama atenção que, apesar da empolgação

com voos mais altos, ninguém parece disposto a mirar o Senado ou algo ainda maior. Talvez porque algumas disputas ainda sejam consideradas território de "peixe grande", onde a competição envolve estruturas políticas e financeiras bem mais robustas. Melhor subir um degrau por vez, ou ao menos tentar.

No fundo, o cálculo eleitoral é quase uma aula de matemática política. Como o sistema proporcional depende do chamado quociente eleitoral e da soma de votos do partido, não basta ser popular: é preciso estar bem acompanhado na chapa. Assim, um candidato muito votado pode ficar de fora, enquanto outro menos votado pode acabar eleito graças ao desempenho coletivo do partido. A democracia brasileira tem dessas ironias arit-

méticas.

Por isso, nos bastidores, dirigentes partidários já tratam 2026 como um grande quebra-cabeça eleitoral. O desafio não é apenas ter candidatos, mas montar equipes capazes de somar votos suficientes para garantir cadeiras.

A corrida eleitoral de 2026 em Foz parece menos uma disputa e mais um experimento político: vereadores tentando provar que é possível subir na carreira sem precisar largar o emprego atual.

Se conseguir, ótimo. Se não conseguir, tudo bem também. Afinal, na política moderna, o importante não é apenas vencer. É garantir que, mesmo perdendo, o mandato continue intacto. Uma estratégia que, convenhamos, faria qualquer profissional de recursos humanos morrer de inveja.

CASTRAÇÃO

Um ato de responsabilidade, saúde e proteção animal

Da redação

Foto: Reprodução

A castração de cães e gatos é uma das medidas mais eficazes para o controle populacional e para a promoção da saúde e do bem-estar animal. Mais do que uma decisão individual, trata-se de uma ação de responsabilidade social que impacta diretamente a comunidade e a saúde pública.

Todos os anos, milhares de animais nascem sem que existam lares suficientes para acolhê-los. O resultado é o abandono, o aumento de animais em situação de rua e a exposição desses animais à fome, doenças, atropelamentos e maus-tratos. A castração é uma ferramenta fundamental para romper esse ciclo.

Do ponto de vista da saúde, animais castrados apresentam menor risco de desenvolver doenças graves, como infecções uterinas, câncer de mama, próstata e testículos. Além disso, a castração contribui para a redução de comportamentos associados ao estresse hormonal, como fugas, brigas, marcação de território e agressividade.

Outro aspecto importante é o impacto positivo na convivência urbana. O controle populacional reduz a superlotação de abrigos, diminui o número de animais abandonados nas ruas e contribui para uma cidade mais organizada, segura e humana.

É importante destacar que a legislação brasileira considera a negligência e o abandono como formas de maus-tratos, passíveis de punição. A Lei nº 9.605/1998, alterada pela Lei nº 14.064/2020, prevê penas severas para crimes contra animais, reforçando a necessidade de ações preventivas, como a castração.

Castrar é um ato de cuidado, prevenção e respeito à vida. Ao optar pela castração, o tutor contribui para a saúde do seu animal, para a redução do sofrimento de milhares de cães e gatos e para a construção de uma sociedade mais consciente e solidária.

Castrar é amar.

Castrar é proteger.

Castrar salva vidas.

AMAR - Associação Mantenedora de Animais Resgatados
Foz do Iguaçu - Paraná - Brasil

A Importância da Castração

Castração salva vidas de cães e gatos.



Benefícios da Castração:

- Controla a superpopulação
- Melhora o comportamento
- Previne doenças e infecções
- Aumenta a expectativa de vida

A castração evita crias indesejadas, reduz problemas de saúde e contribui para pets mais tranquilos e saudáveis.

Amar
ASSOCIAÇÃO MANTENEDORA DE ANIMAIS RESGATADOS
Foz do Iguaçu - Paraná - Brasil

ESTADO DO PARANÁ - COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU - JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL

Edital de Citação - Prazo de 20 (vinte) dias - Autos nº 0023629-28.2019.8.16.0030

O Dr. Geraldo Dutra de Andrade Neto, Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, na forma da Lei, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo tramitam os autos de AÇÃO DE USUCAPIÃO, movida por ANTONIO VANDERLEY FUZZETTI JÚNIOR e QUEILA GIOVINKA RIBEIRO FUZZETTI em face de RIMACLA, bem como em face dos confinantes e eventuais terceiros interessados abaixo citados.

OBJETO DA AÇÃO: A aquisição do domínio do imóvel localizado na Rua Geraldino Manoel de Souza, nº 303, Loteamento Jardim São Paulo II, nesta cidade de Foz do Iguaçu/PR. O imóvel consiste no Lote nº 0332, da Quadra nº 10, Quadrante 10, Quadricula 02, Setor 49, com área total de 300 m². O bem está registrado sob a Matrícula nº 25.040 do 1º Ofício de Registro de Imóveis de Foz do Iguaçu. O imóvel confronta-se ao Norte com o Lote 0320; ao Sul com o Lote 0344; a Oeste com o Lote 0079; e a Leste com a Rua Geraldino Manoel de Souza.

CITAÇÃO: Pelo presente, ficam os confinantes DIVINO CANDIDO DE SOUZA e LENIR FATIMA DE SOUZA, confinantes originários do lote em questão, bem como eventuais TERCEIROS INTERESSADOS, INCERTOS E DESCONHECIDOS, devidamente CITADOS para, querendo, contestar a presente ação.

Prazo do Edital: 20 (vinte) dias, contados da data da publicação única em jornal local.

Prazo para Resposta: Transcorrido o prazo de dilação acima, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentação de contestação (Art. 335 do CPC). **ADVERTÊNCIA:** Não sendo contestada a ação no prazo legal, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pela parte autora na petição inicial (Art. 344 do CPC), sendo-lhes nomeado curador especial em caso de revelia (Art. 257, IV, CPC).

Foz do Iguaçu, 07 de março de 2026.

ELVIO KERTELT LEGNANI - ADVOGADO OAB/PR 90.852

Por ordem judicial



kero japa EXPRESS

Faça seu pedido

9 9942-7661

@COZINHA JAPONESA

@KEROJAPAEEXPRESS



PNI registra maior fevereiro da história com 169 mil visitantes de 123 países

Cataratas do Iguaçu segue quebrando recordes de visitação em 2026 e acumula crescimento de 14% no ano em relação a 2025

Urbia Cataratas — PNI

Fotos: Divulgação Urbia+Cataratas/
Eagle Eye Company

O Parque Nacional do Iguaçu, que abriga as mundialmente conhecidas Cataratas do Iguaçu, recebeu em fevereiro a visita de 169.009 pessoas de 123 nacionalidades, registrando o maior fevereiro em visitação da história da unidade de conservação.

O resultado reforça a tendência de crescimento do turismo no destino. Com isso, os dois primeiros meses de 2026 já superaram a visitação de todos os anos anteriores para o mesmo período, incluindo os níveis registrados antes da pandemia.

No acumulado do ano, o parque já recebeu 421.812 visitantes, número 14% maior em comparação com o mesmo período de 2025. Apenas o mês de fevereiro apresentou crescimento de 24,77% em relação ao ano passado.

O feriado de Carnaval impulsionou o movimento no parque, reunindo 38 mil visitantes em quatro dias de programação especial. Assim, o destaque foi o domingo, 15 de fevereiro, quan-



do 15.405 pessoas visitaram o parque, configurando a segunda maior visitação diária já registrada no destino desde o início da gestão da Urbia+Cataratas.

Segundo o CEO da Urbia+Cataratas, Mario Macedo Junior, os números refletem o fortalecimento do Parque Nacional do Iguaçu como um dos destinos naturais mais desejados do mundo.

"Fevereiro apresentou resultados históricos. Esse desempenho demonstra a força do

destino e o crescente interesse dos visitantes por experiências em contato com a natureza. Estamos ampliando as atrações e qualificando cada vez mais a experiência no parque. Esse crescimento também é fruto do trabalho dedicado de toda a equipe que atua aqui diariamente, garantindo uma experiência de qualidade para visitantes de diversas partes do Brasil e do mundo", destaca o CEO.

Visitação por nacionalidade

Entre as 123 nacionalidades presentes no Patrimônio Mundial Natural em fevereiro, os brasileiros lideraram a visitação, com 85.293 pessoas.

O pódio internacional se completa com:

Argentina: 24.852 visitantes
Paraguai: 7.234 visitantes

Entre os 10 principais países emissores de turistas do mês também aparecem:

Estados Unidos - 6.095

Alemanha - 5.300
França - 3.537
China - 2.993
Chile - 2.860
Peru - 2.599
Israel - 2.555

A presença de visitantes de mais de 120 países reforça, então, o alcance global das Cataratas do Iguaçu, uma das Sete Maravilhas Mundiais da Natureza.

Destaque entre os brasileiros

Fevereiro também registrou forte presença de visitantes brasileiros, vindos de todos os estados e do Distrito Federal. Os principais emissores foram o Paraná, com 28.821 visitantes; São Paulo, com 20.791; Santa Catarina, com 6.834; Rio Grande do Sul, com 4.985; Minas Gerais, com 4.214; e Rio de Janeiro, com 3.936.

Programação para março

Março marca um período

de transição no Parque Nacional do Iguaçu. Logo, com o fim da alta temporada e a chegada gradual do outono, o parque convida os visitantes para momentos de contemplação, contato profundo com a natureza e experiências mais tranquilas.

Horário de funcionamento em março

O Parque Nacional do Iguaçu abre todos os dias de março, nos seguintes horários:

Durante a semana: das 9h às 16h
Fins de semana: das 8h30 às 16h

Assim, para evitar filas, recomenda-se adquirir o ingresso antecipadamente pelo site oficial (cataratasdoiguacu.com.br) e escolher o melhor horário de visita. Dessa maneira, a Urbia+Cataratas também indica a reserva dos primeiros horários do dia para quem busca uma experiência mais tranquila.

Sobre o Parque Nacional do Iguaçu

Reconhecido como Patrimônio Mundial Natural pela UNESCO, o Parque Nacional do Iguaçu é administrado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). A gestão da visitação turística é realizada pela Urbia+Cataratas.

O destino é referência internacional em turismo sustentável e foi eleito, pelo Tripadvisor Travellers' Choice Best of the Best 2025, a principal atração turística do Brasil e da América Latina.

Mais informações:

contato@catarataspni.com.br
cataratasdoiguacu.com.br





NA MARCA DO PENALTI

Jornalista: Abilio Henrique Bottega - 0012882/PR MTB

FUTEBOL

Foz do Iguaçu conhece tabela do Paranaense Sub-20 - 2ª Divisão

A competição será disputada em turno único, com sete rodadas na primeira fase

O Foz do Iguaçu FC já conhece o caminho na disputa do Campeonato Paranaense Sub-20 da 2ª Divisão. A equipe estreia no dia 15 de março, fora de casa, diante do Oeste Brasil, dando início à caminhada em busca de uma vaga na elite estadual da categoria.

A competição será disputada em turno único, com sete rodadas na primeira fase. Ao final desta etapa, os dois melhores colocados avançam para as semifinais, e os dois finalistas garantem o acesso para a primeira divisão do Campeonato Paranaense Sub-20.

O Foz integra um grupo competitivo que reúne equipes tradicionais da formação de atletas no estado, com confrontos contra Oeste Brasil, Cambé, Portuguesa Londrinense, Batel de Guarapuava, Londrina e Campo Mourão, em uma disputa direta pelas vagas na fase decisiva.

O treinador Rodrigo Júnior destacou a preparação da equipe para o início da competição. "Estamos trabalhando há mais de um mês com esse grupo. É um elenco muito focado, que vem assimilando bem a metodologia e o caderno metodológico do clube. Muitos atletas já se conhecem há algum tempo, o que facilita o entrosamento e a evolução nos treinamentos. A expectativa é chegar forte para fazer uma grande competição", afirmou o comandante das Crias do Azulão.

A base do Azulão chega para o campeonato após semanas de preparação intensa, buscando fazer uma campanha sólida e recolocar o clube entre os principais projetos de formação do futebol paranaense.

TABELA DAS CRIAS DO AZULÃO - 1ª FASE

1ª RODADA

15 DE MARÇO - OESTE BRASIL X FOZ DO IGUAÇU
ESTÁDIO MUNICIPAL 14 DE DEZEMBRO

2ª RODADA

22 DE MARÇO - FOZ DO IGUAÇU X CAMBÉ
ESTÁDIO DO ABC

3ª RODADA

25 DE MARÇO - PORTUGUESA LONDRINENSE X FOZ DO IGUAÇU
ESTÁDIO UADY CHAIBEN

4ª RODADA

29 DE MARÇO - FOZ DO IGUAÇU
FOLGA NA RODADA

5ª RODADA

01 DE ABRIL - FOZ DO IGUAÇU X BATEL
ESTÁDIO DO ABC

6ª RODADA

05 DE ABRIL - LONDRINA X FOZ DO IGUAÇU
ESTÁDIO DO CAFÉ

7ª RODADA

12 DE ABRIL - FOZ DO IGUAÇU X SPORTING CAMPO MOURÃO
ESTÁDIO DO ABC

PROMOÇÃO

CARTÃO DE VISITA
PAPEL COUCHE 300gr - VERNIZ TOTAL FRENTE

1.000 só

~~100~~ por **150**

R. Monsenhor Guilherme, 80 - Jd. São Paulo - Foz

(41) 3525-4461 | 99934-7976

CONVITE PARA LANÇAMENTO DE LIVRO

Roberto Costa convida para o evento de lançamento de sua biografia

Data: 10/10/25
Horário: 18h-21h

LOCAL: NA ARENA DO ATHLETICO NA CHOPERIA BRAHMA.

BIOGRAFIA DO GOLEIRO
Mão de Arjo

GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DA CULTURA

f Abilio Henrique Bottega
bottega_77
Bottega77 @futebolista2
Abilio Henrique Bottega

Para sugestões de pautas,
críticas e elogios entre
em contato
abiliobottega@hotmail.com

SELEÇÃO BRASILEIRA

Rodrygo fora da Copa: lesão tira atacante do Mundial

Lesão de Rodrygo afasta craque da Copa do Mundo 2026 e preocupa seleção brasileira e Real Madrid, que perdem peça-chave do ataque



Rodrygo foi um dos atletas do Brasil que perdeu pênalti na eliminação na última Copa contra a Croácia

Rodrygo deixou o gramado do Santiago Bernabéu em silêncio preocupado após a derrota do Real Madrid para o Getafe, nesta segunda-feira. Exames realizados horas depois apontaram uma lesão grave no joelho direito. Assim, o atacante da seleção brasileira ficará fora da Copa do Mundo de 2026, fato que altera planos de clube e país às vésperas do torneio.

Os médicos do Real Madrid diagnosticaram rompimentos do ligamento cruzado anterior e do menisco lateral do joelho direito. A CBF recebeu o laudo logo depois e comunicou o estafe da seleção. Dessa forma, a entidade passou a tratar a ausência de Rodrygo como definitiva para a competição que ocorrerá em junho, nos Estados Unidos, no Canadá e no México.

Amanda Menezes



TRÂNSITO ABANDONADO

FOZTRANS: Quando as caras mudam e a incompetência continua

"Foztrans troca a superintendência, mas mantém a tradição da incompetência. Sai Aline, entra Maxwell e o trânsito de Foz continua sem direção"

Enrique Alliana - Jornalista

Foto: Enrique Alliana

Em Foz do Iguaçu, a política tem uma capacidade quase artística de trocar personagens sem mudar o roteiro. É como aquelas peças de teatro que mudam o elenco, mas mantêm a mesma história cansativa. E o palco da vez é o Foztrans, onde a troca de comando parece ter servido apenas para confirmar um velho ditado: quando a gestão é ruim, mudar o nome na porta não muda o resultado.

Durante quase um ano, a Prefeitura de Foz do Iguaçu assistiu à turbulenta gestão da então superintendente Aline Maicroviz. E quando se diz "assistiu", não é figura de linguagem: foi literalmente isso. Vereadores reclamavam, a população criticava, e até gente de dentro da própria administração já comentava que a situação estava fora de controle. Era como ver um carro sem freio descendo ladeira abaixo. E ninguém no volante parecia disposto a puxar o freio de mão.

A situação chegou a um ponto em que os vereadores resolveram convocar a superintendente para prestar esclarecimentos na Câmara. Seria o momento ideal para explicar o que estava acontecendo. Mas, infelizmente para a democracia local, havia um compromisso previamente agendado. Coincidência curiosa: o compromisso era exatamente no dia da convocação. Resultado: explicações ficaram para depois... ou para nunca.

Como o problema não desapareceu por mágica, a Câmara decidiu ir além e



Aline Maicroviz e Maxwell Moraes

aprovou a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Nascia então a famosa CPI do Foztrans, instituída pelo requerimento nº 742/2025, com a missão de investigar possíveis irregularidades e a má gestão no órgão. Quando uma CPI nasce para investigar trânsito, é porque o engarrafamento administrativo já passou do limite.

Enquanto isso, muitos se perguntavam se o prefeito Joaquim Silva e Luna realmente não via o que estava acontecendo. Alguns, com humor ácido típico da política iguaçuense, começaram a brincar com a hipótese de um "Alzheimer temporário": assessores avisavam dos problemas e, aparentemente, minutos depois tudo era esquecido.

Mas como até a memória institucional tem seus momentos de lucidez, chegou dezembro de 2025. O espírito natalino não trouxe presentes para Aline Maicroviz, mas sim uma exoneração. No dia 11 daquele mês, ela deixou oficialmente o comando do Foztrans.

Aparentemente, o proble-

ma estaria resolvido. Afinal, trocar o chefe costuma ser a solução clássica da política. Só esqueceram de um detalhe: às vezes o problema não está apenas na chefia, mas no sistema inteiro.

"O trânsito muda de chefe, mas a bagunça segue no volante"

Em fevereiro de 2026 entrou em cena o novo superintendente, Maxwell Moraes, que já fazia parte da casa como diretor de Trânsito e Infraestrutura. Ou seja, a troca foi quase simbólica: saiu alguém da equipe e entrou... alguém da mesma equipe. Foi mais ou menos como trocar o motorista mantendo o mesmo ônibus quebrado.

E os resultados? Bem, eles continuam andando na mesma velocidade que o trânsito da cidade em horário de pico: quase parados.

Um exemplo clássico dessa novela urbana é o eterno problema das carretas internacionais que atravessam a cidade. Durante décadas, a discussão foi sempre a mes-



ma: tirar os caminhões pesados da Avenida das Cataratas e da Avenida Paraná. As duas vias viraram praticamente pistas de teste para remendos de asfalto, já que os caminhões carregados fazem o pavimento sofrer mais do que eleitor em época de promessa.

Então surgiu a solução milagrosa: a construção da Avenida Perimetral Leste. Uma obra gigantesca, cara, demorada e apresentada como a resposta definitiva para o trânsito pesado.

Só havia um pequeno detalhe no plano: depois de pronta, a tal solução aparentemente esqueceu de resolver o problema.

"Depois de tudo, o Foztrans prova que sempre dá para piorar"

Hoje, mesmo com a perimetral inaugurada, as carretas continuam atravessando a cidade praticamente como sempre fizeram. A pergunta inevitável surge: afinal, para que serviu a obra?

Falta regulamentação? Falta coragem? Falta planeja-

mento? Ou falta simplesmente alguém no comando disposto a tomar uma decisão?

Porque enquanto os caminhões continuam passando e o asfalto continua sendo remendado, a sensação que fica é simples: mudaram as caras, trocaram o nome na porta do gabinete, reorganizaram as cadeiras... mas a incompetência administrativa parece ter sido mantida como patrimônio histórico.

E diante desse cenário, fica a dúvida que ecoa pelas ruas esburacadas da cidade: será que agora, com tudo pronto, vão finalmente estudar o problema? Ou vão esperar o próximo acidente grave para descobrir que trânsito também se administra com responsabilidade?

Uma coisa é certa: no Foztrans, a mudança de comando provou algo que a população já suspeitava há muito tempo. O problema nunca foi apenas quem estava no cargo, mas a forma como o órgão vem sendo conduzido. E, pelo visto, essa continua exatamente a mesma.